

Migración y movilidad indígena transfronteriza en perspectiva comparada: Del Alto Solimões al Oiapoque¹

Migração e mobilidade indígena transfronteiriça em perspectiva comparada: Do Alto Solimões ao Oiapoque

Cristabell López Palomino²

Cristhian Teófilo da Silva³

RESUMEN

Este artículo describe y analiza comparativamente dos situaciones de frontera de Brasil con países vecinos cuyas dinámicas fronterizas evidencian cómo los pueblos indígenas buscan adaptarse a espacios tornados etnicamente plurales. Las dos áreas de frontera a ser descritas forman parte del territorio amazónico: la triple frontera Brasil-Colombia-Perú en el Alto Solimões y la frontera Brasil-Francia en Oiapoque.

El objetivo del análisis de estos dos escenarios transfronterizos es fundamentar la necesidad de elaborar políticas migratorias e indigenistas heterodoxas que respeten la historicidad y pluralidad propia de cada área y de las diferencias étnicas, culturales y lingüísticas de las poblaciones allí existentes, en lo que se refiere a sus prácticas tradicionales de movilidad y estrategias migratorias.

Palabras-clave: Pueblos indígenas; migración internacional; fronteras; Brasil-Peru-Colombia; Brasil-Francia

1 Artigo elaborado no âmbito do Plano de Trabalho: “Povos Indígenas em áreas de fronteira internacional do Brasil e seus movimentos migratórios transnacionais”, coordenado pelo Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (LAEPI/ELA/UnB) para o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) do Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília (UnB).

2 Cientista Social e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA) do ELA/UnB. Colaboradora no Plano de Trabalho: “Povos Indígenas em áreas de fronteira internacional do Brasil e seus movimentos migratórios transnacionais”. Bolsista do CNPq.

3 Antropólogo e Professor Associado 2 do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da UnB. Pesquisador Associado do Centre Interuniversitaire d'Études et de Recherches Autochtones (CIÉRA) da Université Laval. Bolsista PQ-2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

Este artigo descreve e analisa comparativamente duas situações de fronteira do Brasil com países vizinhos cujas dinâmicas fronteiriças evidenciam como os povos indígenas buscam se adaptar a espaços tornados etnicamente plurais. As duas áreas de fronteira a serem descritas fazem parte do território amazônico: a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru no Alto Solimões e a fronteira Brasil-França em Oiapoque. O objetivo da análise destes dois cenários transfronteiriços é fundamentar a necessidade de serem elaboradas políticas migratórias e indigenistas heterodoxas que respeitem a historicidade e pluralidade própria de cada área e das diferenças étnicas, culturais e linguísticas das populações ali existentes, no que tange a suas práticas tradicionais de mobilidade e estratégias migratórias.

Palavras-chave: Povos indígenas; migração internacional; fronteiras; Brasil-Peru-Colômbia; Brasil-França

INTRODUÇÃO

O Brasil possui fronteiras geopolíticas com nove países e um departamento ultramarino francês, existindo tratados internacionais com cada um deles, particularizados a partir das problemáticas e dos interesses estatais de caráter desenvolvimentista. O que hoje se conhece de maneira generalizada e naturalizada como “faixa de fronteira” é resultado de processos particulares associados aos processos históricos da construção dos estados nacionais que, a partir de uma divisão imposta pelos poderes centrais, foram criando limites sobre territórios de múltiplas convergências culturais, linguísticas, econômicas, políticas e ambientais, dentre outras.

Não bastasse a complexidade sociocultural historicamente configurada das áreas de fronteira, as dinâmicas nestes territórios se diversificam ainda mais em termos étnicos a partir dos fluxos migratórios que instauram uma segmentação étnica no mercado de trabalho transfronteiriço (WOLF, 1982). Acentuadamente assimétrica em função das demandas por força de trabalho nos países industrializados, a segmentação étnica se aprofunda diante de distintos e sucessivos grupos migrantes que ingressam nas áreas de fronteira visando superar situações adversas e alcançar melhor qualidade de vida. Em decorrência desse processo: “(...) em muitas realidades, cabem aos migrantes os chamados trabalhos sujos, perigosos, difíceis, exigentes e indesejáveis” (OLIVEIRA, 2006, p. 183-184).

OLIVEIRA (2006) destaca entre as diversas causas da migração internacional:

(...) os conflitos armados, a opressão política, a pobreza, a ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais, a degradação do ambiente, os desequilíbrios demográficos, os fatores climáticos, o processo acelerado de urbanização e a falta de participação nos processos políticos. (OLIVEIRA, 2006, p.184)

Mas seja por qual motivo for, nos diversos lugares onde os migrantes chegam, eles se: “(...) tornam, nesse contexto, uma espécie de ‘provocação’ que incomoda a ‘ordem

preestabelecida' e se transformam em parceiros da luta por um mundo solidário, onde haja espaço para todos viverem com dignidade" (OLIVEIRA, 2006, p.184).

Nas últimas décadas tem se incrementado a migração de sul americanos rumo aos Estados Unidos e Canadá, à Europa ocidental e aos países ricos da Ásia e Oceania, suscitando intenso debate acadêmico e interestatal acerca das políticas migratórias, mas: "(...) muito pouco tem sido feito para a operacionalização de políticas migratórias que contemplem tanto o fluxo de emigração internacional quanto o movimento das migrações internas" (OLIVEIRA, 2006, p.184). Dentro destas migrações internas, o movimento migratório entre os países sul-americanos não está sendo observado com a mesma importância que o fenômeno possui, em particular se comparado à quantidade e densidade de estudos sobre o movimento migratório do México para os EUA, por exemplo, e para considerar um contexto de países vizinhos.

Em meio a esta escassez de estudos migratórios no contexto sul americano, recentemente superada pelo Grupo de Trabajo Migración Sur-Sur do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), figura ainda uma sub-representação dos estudos enfocando a migração e a mobilidade de indígenas entre países que, em muitos dos casos, viram seus territórios ancestrais divididos arbitrariamente obrigando-os a viverem e manter seus laços entre si e com outros povos em diferentes lados da fronteira.

Este artigo parte dessas constatações para analisar duas situações de fronteira do Brasil com países vizinhos cujas dinâmicas fronteiriças têm grandes repercussões não só em cada país, mas para as relações internacionais e interétnicas na América do Sul. Se evidencia a partir de descrições panorâmicas que as fronteiras internacionais são espaços caracteristicamente plurais⁴ e, desse modo, tornam-se destinações privilegiadas para análise do fenômeno migratório em geral e da migração e mobilidade indígena em particular.

As duas áreas de fronteira a serem descritas para subsidiar uma análise comparativa da migração e mobilidade indígena fazem parte do território amazônico: a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru no Alto Solimões e a fronteira Brasil-França em Oiapoque, delimitadas pela mesma bacia hidrográfica, a maior do mundo: a Amazônia.⁵

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a tentativa de resguardar os interesses da Amazônia continental, esta área é concebida desde a geopolítica internacional como Pan-Amazônia, a qual abriu o caminho para as políticas desenvolvimentistas. Importante ressaltar que tendo a maior porcentagem de floresta amazônica e, ao longo da mesma, o Brasil faz fronteira, com exceção do Equador, com todos os demais países amazônicos.

4 Entendemos as sociedades plurais segundo as clássicas definições de J. S. FURNIVALL (1939) e M. G. SMITH (1965), para quem a diversidade étnica, menos do que uma colorida coesão multicultural, é resultado da imposição de grupos migrantes em meio às populações indígenas com vistas a favorecer situações de comércio, exploração do trabalho e colonização, instaurando uma sociedade de classes etnicamente segmentada e solapando a autonomia da população nativa.

5 Com 6.992,06 km de comprimento e mais de mil afluentes que irrigam a gigantesca floresta amazônica, este bioma abarca nove países: Brasil, com 60% do total da floresta, Peru com aproximadamente 13%, Colômbia com cerca de 10% e Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, que juntos detêm cerca de 17%.

Estas duas áreas de fronteira propiciam uma perspectiva comparativa excepcional das dinâmicas e contextos fronteiriços dos povos indígenas originários e as demais populações assentadas nestas áreas. Estes casos evidenciam, como esperamos demonstrar, o caráter contraditório das políticas migratórias do Brasil e países vizinhos à luz da mobilidade indígena de caráter tradicional e dos processos migratórios mais recentes que estes tem protagonizado elucidando o abandono e fraqueza das políticas dos estados nacionais, desde a colônia até nossos dias, frente aos povos indígenas em regiões estratégicas de interesse internacional.

Frente a área de fronteira do Alto Solimões, quando visto do Brasil, a fronteira França-Brasil se estabelece como importante cenário para aportar uma descrição das dinâmicas internacionais e interétnicas envolvendo a migração e mobilidade indígena em uma fronteira onde o Brasil responde por um número maior de emigrados do que de imigrantes. Espera-se que a elucidação recíproca destas duas situações contribua para uma melhor compreensão da heterogeneidade de expressões que a mobilidade e a migração indígena podem assumir no oeste e norte amazônicos enquanto áreas de antiga ocupação indígena e mais recente colonização.

PLURALISMO ÉTNICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU: O CASO TICUNA

O rio Amazonas, também chamado Solimões no Brasil, dá o nome à mesorregião onde está localizada a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, os três países com maior porcentagem de território florestal amazônico. Esta região se caracteriza por ser a área mais preservada de floresta amazônica e pela diversidade étnica, cultural e linguística, residência de centenas de povos indígenas, muitos deles transfronteiriços, como os ticuna cujas comunidades estão distribuídas nas margens do Solimões e seus principais afluentes, presentes nos três países.

De acordo com os dados do Ministério da Integração Nacional (MI/SPR, 2005), para o governo Brasileiro trata-se de um lugar estratégico porque é a principal “porta de entrada” da parte ocidental da Bacia Amazônica, constituindo-se num dos principais corredores de integração sul-americana, o do rio Marañon-Solimões-Amazonas.

As Terras Indígenas nesta região, assim como a maioria das terras indígenas nas áreas de fronteira da Amazônia Legal, se caracterizam por serem multiétnicas e multilinguísticas, onde convivem os povos indígenas: ticuna, kokama, kambeba, kulina, kanamari, katukina, mayoruna, miranha e cayxana. Entre os sobreviventes do extermínio colonizador, está o povo ticuna como:

(...) uno de los mayores pueblos indígenas de la gran Amazonia, con una población total que sobrepasa las 45 mil personas; su lengua nativa está catalogada como independiente; en Brasil habitan en veintiocho tierras indígenas, en Colombia en doce resguardos indígenas y en el Perú en quince comunidades nativas, siéndoles reconocido,

en los tres países, el carácter colectivo de las tierras que ocupan. (LÓPEZ, 2011, p. 159)

Também sobreviveram e se mantêm fortalecidos hoje, o povo kokama com população numerosa, sendo na região do Alto Solimões, estimados ao redor de 14.314 (Siasi/Sesai, 2014), na Colômbia somam 792 (UNESCO, 2004) e no Peru 11.370 (INEI, 2007). O povo kambeba, também conhecido como omágua no Peru, tem ao redor de 875 pessoas no Brasil (SIASI/SESAI, 2014) e 3.500 (Benedito Maciel, 1994) no Peru. Segundo os dados censitários se percebe que nos últimos 20 anos que a população kambeba aumentou mais de seis vezes, passando de 54, em 1982, para pelos 325 em 2002 (ISA, 2017).

O povo miranha conta com 1.459 habitantes no Brasil (SIASI/SESAI, 2014) e 445 na Colômbia (1988). Como consequência da conformação das fronteiras entre os estados nacionais, ao contrário do que ocorreu na Colômbia, no Brasil este povo não registra muitos falantes da língua nativa, tendo adotado o português. Segundo informações do Instituto Socioambiental (ISA, 2017), os miranha que vivem no Brasil tem interesse no intercâmbio com os miranha na Colômbia, afirmando que desejariam “trazer de lá um professor que pudesse ensinar a língua miranha” na escola. Mas um intercâmbio se torna difícil diante dos intensos conflitos fronteiriços que cindiram as identidades deste povo entre “miranha brasileiro” e “miranha colombiano”.

Os matsés mayoruna se localizam na bacia do Javari, rio que constitui em toda sua extensão a fronteira Brasil-Peru, no extremo oeste da Amazônia brasileira. No Brasil contam 1.700 habitantes (CTI, 2016) e 2.500 (CTI, 2016) no Peru. E, por último o povo uitoto com 84 habitantes no Brasil (2014 SIASI/SESAI), no Peru com 1.864 (2007, INEI) e na Colômbia com 5.939 habitantes (1988).

LÓPEZ (2000, 2011, 2014), em sua análise histórica e etnográfica sobre os ticunas brasileiros, colombianos e peruanos, na tríplice fronteira, postula que desde tempos pré-colombianos, este território foi cenário de deslocamentos e contatos interétnicos entre povos que, como os ticuna, habitavam há mais de dois mil anos a região, entre os quais se menciona nos documentos históricos os: omagua, ticuna, yagua, mayoruna, cambebas, culina, yurimagua.

Segundo a autora, todos os processos de contato interétnico pré-colonial ficaram intensificados com a colonização, incrementando a diversidade cultural, étnica e linguística na grande Amazônia. As dinâmicas próprias territoriais viram-se transformadas em primeiro lugar, pela disputa territorial entre Espanha e Portugal, o que dá origem ao processo de formação das fronteiras coloniais. Neste contexto os:

(...) diversos grupos de población fueron obligados a desplazarse a raíz del establecimiento de pueblos de misión; y otros fueron objeto del tráfico de esclavos hacia el Pará implantado por los portugueses. Con la demarcación de las fronteras nacionales en el siglo XX, pueblos indígenas como los ticuna y los cocama se vieron abocados a los procesos de colombianización, brasileñización y peruanización, promovidos por las políticas de estos estados nacionales, con lo cual se establecieron divisiones territoriales e identitarias fundamentadas en ideologías nacionalistas. (LÓPEZ, 2011, p.158-159)

Frente ao processo colonizador e a conformação dos estados nacionais, os povos indígenas resistiram de diversas maneiras, recorrendo a rebeliões e ataques armados, outros como os ticuna, segundo LÓPEZ (2000), rejeitaram a colonização europeia, por meio de uma estratégia de resistência que a autora denominou “exoinvisibilidade” (LÓPEZ, 2000), baseada em táticas de auto-isolamento para colocar-se a salvo das práticas de dominação hispano-lusitanas e, posteriormente, frente aos diferentes processos de consolidação nacional (López, 2011):

Con la revolución francesa (1789), las guerras independentistas en Hispanoamérica en las tres primeras décadas del siglo XIX y la transición del imperio portugués a la República de Brasil en 1889, se iniciaron los procesos de construcción de los estados nacionales, basados en dos dispositivos estratégicos: la definición y demarcación de sus fronteras políticas y los procesos de nacionalización de la población fronteriza, conformada en su mayor parte por pueblos indígenas (LÓPEZ, 2011, p.163).

Estes processos foram feitos a partir de ações e políticas indigenistas que procuravam assimilar os indígenas pela cristianização e como força de trabalho nacional. Assim, na Colômbia a instituição que liderou este processo foi a Igreja Católica que através da educação pública e da catequização, tinha a missão de “reducir a los indígenas a la vida civilizada (...) para integrarlos a los patrones socioculturales de la nación colombiana” (LÓPEZ, 2011, p.163).

No caso brasileiro, na mesma época o processo foi liderado por uma administração estatal laica que, influenciada pelas ideias positivistas de Comte e Spencer, impediu que a igreja interviesse em assuntos políticos. Desta maneira, iniciou-se um projeto de integração nacional liderado pelo braço militar através da criação de um órgão indigenista oficial: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Por outro lado, a peruanização indígena foi promovida mediante um marco jurídico que proclamava a igualdade dos indígenas frente aos outros membros da sociedade nacional. Entretanto, como acontecia no caso do povo ticuna, segundo LÓPEZ (2000): “(...) en el contexto regional fronterizo la realidad era muy diferente, pues las propias autoridades peruanas se encargaban de infringir las leyes, sometiendo a los ticuna a un régimen de servidumbre en los puestos militares de frontera” (López, 2011, p.163). Este tratamento subordinador, segundo a autora, se acentuou com o auge das economias extrativas até o limite da exploração: a escravidão.

Perante cada um dos processos históricos, a autora faz uma comparação, postulando que os acontecimentos nas regiões de fronteira geraram deslocamentos dos povos indígenas até territórios onde os regimes coloniais e a conformação das nações, tivessem menor rigor. Sendo um comportamento: “(...) recurrente entre los pueblos indígenas y sociedades que habitan en regiones de fronteras políticas, escenarios donde la movilidad socioespacial a uno y otro lado de la frontera puede ser una estrategia de supervivencia o de búsqueda de bienestar” (LÓPEZ, 2011, p. 165).

As principais dinâmicas transfronteiriças hoje, entre um mesmo povo, a exemplo do caso ticuna, são gerados por diversos motivos, entre os principais: visitas frequentes en-

tre parentes e amigos, encontros rituais, religiosos, esportivos e políticos, assim como por intercâmbios comerciais e alianças matrimoniais. Por outro lado, como a autora assinala, as dinâmicas econômicas, políticas e culturais fronteiriças afetam:

(...) en la manera como los pueblos indígenas se apropian de o rechazan los diversos sentidos identitarios que se manifiestan en estas regiones. Mis investigaciones efectuadas a finales de los años 1990 (Ibidem 2000) muestran que los ticuna hacen distinciones intraétnicas fundamentadas en las tres identidades nacionales, señalando diferencias entre ticunas brasileños, colombianos y peruanos, basadas en formas de comportamiento, variaciones lingüísticas, hábitos alimenticios, poderes chamánicos, entre otros aspectos. De esta manera, ellos han incorporado sentidos de pertenencia a las diferentes identidades nacionales, que coexisten con su sentido de identidad étnica ticuna, de tal manera que se conjugan y se intersectan, pero sin llegar a fundirse, manteniéndose como identidades diferenciadas que pueden ser utilizadas en situaciones de conflicto. (LÓPEZ, 2011, p.166)

Da mesma maneira como aconteceu com os ticuna, os diferentes povos indígenas nesta região se deslocam continuamente nos países da tríplice fronteira, tendo já incorporada uma identidade nacional que marca distinções que são motivo de brincadeiras ou rivalidades frente aos demais, mas que ficam atenuadas pela preponderância da identidade étnica comum como membros de um mesmo povo indígena. A permanência da identidade étnica indígena em um contexto plural destaca-se como fato etnológico incontornável para explicação da mobilidade e migração indígena na região, sobretudo em uma área de intensa transnacionalização e outros fluxos migratórios.

A MOBILIDADE HUMANA NA PERIFERIA AMAZÔNICA: MIGRAÇÃO INTERNACIONAL, CONFLITOS ARMADOS E NOVOS ATORES INTERÉTNICOS

Em sua análise da mobilidade, território e integração na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, GRISALES (2017) traz o conceito de “mobilidade humana” construída pelos Defensores do Povo de América Latina em 2009 no chamado “Acuerdo Defensorial”, que inclui:

Personas emigrantes, inmigrantes, solicitantes de refugio, refugiadas, asiladas, apátridas, migrantes y desplazadas internas, víctimas de trata y tráfico de personas y sus familias desde su dimensión de género, generacional, étnica, ambiental, entre otras; (...) los flujos de movilidad humana se manifiestan en una lógica transfronteriza, binacional, intrarregional, intercontinental y multidireccional entre los países de origen, tránsito, destino y retorno migratorio. (GRISALES, 2017, p.1)

Este conceito abarca as diferentes facetas da mobilidade que se apresentam nas áreas de fronteira. Concretamente, na tríplice fronteira, segundo Grisales, confluem:

(...) actores indígenas, afrodescendientes en situación de movimiento, víctimas del Conflicto Armado, haitianos solicitantes de asilo, colombianos migrantes regulares o irregulares en Tabatinga así como peruanos y brasileiros en un país receptor de la frontera diferente a su país de origen, con vocación o situación transfronteriza, y que se mueven en el mundo urbano de la Triple Frontera. (GRISALES, 2017, p.1)

As dinâmicas na tríplice fronteira, derivadas desta cena multi e intercultural, estão concentradas nas duas cidades gêmeas: Letícia, a capital da Amazônia na Colômbia, e Tabatinga, localizada no extremo ocidental da Amazônia brasileira e com uma menor proporção populacional em Santa Rosa no Peru. Trata-se de uma “conurbação” tripla, uma vez que:

Las tres constituyen un conglomerado conurbano de migrantes o flujos humanos constantes ligados por economías complementarias, influencias mutuas, lazos familiares, estrategias de supervivencia, historias de vida cargadas de vocación adaptativa y problemas que permean a la vecindad internacional, dada la porosidad de aquella. (GRISALES, 2017, p.2)

Segundo EUZÉBIO (2014) a estrutura urbana e populacional sofreu grandes modificações nas últimas três décadas:

A população urbana passou de 59% para 79% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010) e algumas localidades tornaram-se cidades com mais de 501 mil habitantes (...) Em 1980 Tabatinga contava com 17 mil habitantes e em 2010 alcançou 52 mil, um crescimento populacional da ordem de 131%. Letícia, por sua vez, também demonstrou características similares, em 1985 possuía em torno de 24 mil habitantes e em 2010 aproxima-se dos 40 mil, um acréscimo de 65%, alcançando juntas nesse mesmo ano 90 mil habitantes. Um aporte populacional de 196% em trinta anos. (EUZÉBIO, 2014, p.109)

Segundo o autor, isso seria razoável se estivéssemos falando de cidades com acesso rodoviário ou com uma forte dinâmica produtiva, mas se tratam de cidades isoladas dos grandes centros urbanos tanto da Colômbia como do Brasil. Com o processo de urbanização da Amazônia na tríplice fronteira, segundo Grisales (2017) hoje moram mais pessoas nas cidades que na floresta. Esta urbanização aumenta com o narcotráfico e a mineração ilegal que, por sua vez, geram mais movimentos migratórios. Nesse sentido, as cidades gêmeas facilitam a mobilização humana por suas condições particulares:

(...) apenas divididas por uma fronteira seca (cidades gêmeas), mantendo uma relação do tipo “sinapse” (Machado 2005), juntas constituem um subespaço particular carregado de singularidades em sua dinâmica territorial, considerando os aspectos naturais, econômicos, sociais e culturais. Cidades diferentes no que se refere à formação socioespacial (Vargas 1999), porém similares quanto ao processo de ocupação e significação econômica do território baseado na explora-

ção do caucho (Domínguez Gómez 1985) – borracha (Menezes 2009; Oliveira 1995), mas, sobretudo em suas relações sócio-históricas de nasceram indígenas anteriores à existência da própria fronteira e gênese de uma horizontalidade transfronteiriça. (EUZÉBIO, 2014, p.109)

O ponto de convergência entre Brasil, Colômbia e Peru nesta área se dá precisamente nestas duas cidades que, junto com Santa Rosa no Peru, de acordo com OLIVEIRA (2006), é um dos pontos que vem impulsionando uma corrente migratória cada vez mais acentuada. O vetor do movimento migratório predominante é da Colômbia e Peru para o Brasil, sendo Tabatinga a porta de entrada e primeiro destino destes migrantes, dentre eles indígenas identificados segundo suas respectivas nacionalidades e não etnias. Não obstante, “a tríplice fronteira funciona como lugar de permanência e também como porta de entrada e de saída nos três sentidos”. A riqueza neste ponto de convergência consiste em que ainda sendo vizinhos, cada um dos países “apresenta uma conjuntura diferenciada nos setores sociais, políticos e econômicos que são determinantes no itinerário migratório” (OLIVEIRA, 2006, p.186).

De acordo com OLIVEIRA (2006) existem problemas vivenciados pelos três países na tríplice fronteira, com proporções diferentes em cada um, entre eles o narcotráfico, o desemprego e o trabalho informal, mas, sobretudo, o acesso ilegal de pessoas que entram no país sem documentos.

A fiscalização federal de fronteiras é intensa em algumas áreas, porém, considerando a vastidão da selva amazônica, é humanamente impossível manter um controle 100% eficaz nessas condições de traslado permanente. Entretanto, o cotidiano de privações a que os migrantes peruanos e colombianos são submetidos no Amazonas denuncia as várias lacunas da política de migração brasileira com suas leis arcaicas calcadas nos interesses puramente econômicos e comerciais, que nunca esteve aberta à migração de hispano-americanos. (OLIVEIRA, 2006, p.186)

Desde a visão desenvolvimentista estatal, segundo documento do Ministério da Integração (MI/SPR, 2005), os principais problemas transfronteiriços são aqueles que obstaculizam a implementação das atividades com maior potencial para a formação de arranjos produtivos locais, que entre os mais promissores nesta fronteira seriam: a atividade madeireira; o setor moveleiro; o setor pesqueiro e a exploração desta atividade pelos colombianos; a piscicultura; a produção e comercialização agrícola; o artesanato indígena; o turismo e a mineração.

Assim, desde um ponto de vista estritamente desenvolvimentista e capitalista, muitas vezes declarado pelo próprios governantes e agentes públicos no Brasil, um dos principais obstáculos para a retomada da atividade madeireira refere-se à legislação específica para as terras indígenas (Estatuto do Índio e Constituição), que só permite a exploração dos recursos naturais nas áreas demarcadas para fins de subsistência (as Terras Indígenas ocupam grande parte do território do Alto Solimões)⁶.

6 Segundo MI/SPR (2005) frente à dita “problemática”: “(...) as autoridades locais e os representantes das comunidades locais sugerem uma alteração na legislação que passaria a permitir a exploração comercial

Outro problema para o “desenvolvimento”, tal como enunciado pelas autoridades, é o tráfico de drogas, armas e movimentação das guerrilhas colombianas na fronteira, que afetam diretamente os municípios do Alto Solimões. O problema se incrementou após o cerco do PLAN COLOMBIA (financiado pelo governo dos E.E.U.U.) que empurrou a produção da droga, os laboratórios e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia FARC para as fronteiras da Colômbia, entre elas, a fronteira com o Brasil (MI/SPR, 2005).⁷ O anterior evidencia como o olhar estatal está focado no comércio e na remoção de obstáculos para o mesmo.

Mas as dinâmicas e problemáticas transfronteiriças possuem uma densidade histórica tornada mais complexa com as problemáticas sociais atuais de cada país, a exemplo dos fluxos de migração interna. Em cada caso se apresenta um quadro complexo, trata-se de migrantes que foram chegando desde diferentes pontos de cada um dos três países, atravessando depois as fronteiras até as cidades fronteiriças, em procura, segundo o caso, do melhor destino. No caso peruano, OLIVEIRA (2006) analisa as características principais da migração até a tríplice fronteira, identificando alguns fatores no percurso migratório, desde sua entrada ou permanência em Tabatinga, e a travessia de um “bom contingente migratório” até Manaus.

O fluxo migratório inicial durante o percurso do século XX foi interno, a maioria dos migrantes peruanos nesta área vem da floresta peruana. Trata-se em grande parte de população indígena que dentro do processo de construção nacional ficou subordinada a uma economia de subsistência e marginalizada politicamente:

(...) a estrutura econômica e social do país foi determinada fortemente por seus antecedentes de uma sociedade que conservou os valores do tipo feudal, mantendo uma espécie de separação entre os brancos, a burguesia dominante e os indígenas e, conseqüentemente, um dualismo cultural: uma cultura da corte ocidental (legado dos colonizadores) e uma outra cultura indígena com uma grande população espalhada por toda a região andina, com uma economia de subsistência, deixados à margem do desenvolvimento do país. (OLIVEIRA, 2006, p.187 apud PONCE, 1970, p.65)

A migração internacional, propriamente dita, começa entre a metade dos anos 80 e a primeira metade dos 90 do século XX, onde uma porcentagem significativa de migrantes de diferentes procedências:

(...) se estabelece na cidade de Tabatinga, um outro número consi-

da madeira pelos indígenas, através de planos de manejo devidamente aprovados. Recentemente, levantou-se a hipótese de reformulação do Estatuto, que passaria a aceitar tal exploração. Alertado para a especificidade dos problemas indígenas da região, o Governo do Estado criou uma fundação só para tratar das questões indígenas, a Fundação de Política Indígena do Amazonas - FEPI, que visa com a Agência Florestal treinar os indígenas para manejo de sistemas agro florestais que permitam sua comercialização”.

7 Não obstante se reconhece que a guerrilha e o narcotráfico estimulam, cada um a seu modo, o comércio local, principalmente a pesca: “existem indícios de que a atividade do tráfico estimule de alguma forma o comércio ribeirinho, abastecendo-se de diversos gêneros no Brasil (efeito positivo no comércio fluvial das pequenas cidades ao longo dos Rios Uaupés-Alto Rio Negro, Japurá-Caquetá, Iça-Putumayo). A elevada movimentação de motos, usualmente utilizadas para o transporte e comercialização da droga em pequenas cidades é outro indicativo da presença do tráfico na região”. (MI/SPR, 2005)

derável se desloca para outras cidades da chamada região sul do Alto Solimões (Benjamim Constant, Jutai, Amaturá, São Gabriel da Cachoeira e outras). Outros peruanos se deslocam para a capital do Estado do Amazonas. (OLIVEIRA, 2006, p.187)

Manaus se constitui como um grande atrativo pela ideia de progresso e crescimento econômico. Os migrantes peruanos em Manaus compartilham algumas características daqueles estabelecidos na tríplice fronteira, dentre elas:

(...) são originários da selva peruana; apresentam um histórico de migração interna no Peru e, não raras vezes, também nos municípios do interior do Estado do Amazonas; não têm qualificação profissional; o nível de estudos é baixo; pertencem a etnias indígenas peruanas; migram com toda a família em busca de qualquer tipo de trabalho e de melhores condições de vida; a média de filhos é em torno de três; submetem-se a qualquer situação que lhes proporcione algum ganho para o sustento da família; são muito explorados pelos nacionais que ora o fazem porque sabem que não vão denunciar a situação de exploração no trabalho por causa de sua clandestinidade e ora o fazem porque sabem que são pessoas extremamente dedicadas ao trabalho. (OLIVEIRA, 2006, p.188)

Segundo a autora, muitos dos peruanos que moram em Manaus se encontram na clandestinidade, indocumentados e sem carteira assinada, motivo pelo qual estão inseridos dentro do mercado informal de trabalho e são vulneráveis à exploração laboral, sem denunciar os abusos que sofrem pelo medo de serem deportados.

O caso colombiano apresenta seu próprio matiz, sem dúvida grande parte dos fluxos migratórios na Colômbia nas últimas cinco décadas estão permeados pelo conflito armado deflagrado nos anos 40 do século XX entre partidários liberais e conservadores. Desse conflito nasceram nos anos 60 tanto as guerrilhas, como as chamadas *auto defensas* ou *paramilitares* que são parte do braço militar oficial que se autonomiza para contra restar os grupos guerrilheiros, entre eles o grupo com maior força: as FARC.

Os diferentes enfrentamentos se intensificaram ao longo das últimas duas décadas, afetando diretamente os povos indígenas, já que os mesmos habitam em zonas de controle, trânsito e enfrentamento da guerrilha, dos paramilitares e do narcotráfico. Por habitarem áreas rurais de difícil acesso, estão expostos aos grupos armados sem a menor proteção e são vítimas do recrutamento (espontâneo e forçado), ameaças, assassinatos, minas pessoais, violência sexual, restrição de liberdades políticas e deslocamento forçado.

O fenômeno migratório incrementou-se de maneira alarmante no ano 2000 com a implementação do *Plan Colombia*, um programa militar financiado pelos Estados Unidos para combater o narcotráfico, que fortaleceu os grupos paramilitares e agudizou o conflito armado:

Além dos milhares de mortos, a violência institucionalizada vem promovendo o “desplazamiento” de milhares de colombianos nas últimas décadas. Diferentemente da categoria de refugiados, os *desplazados* (esse termo será mantido em espanhol porque não existe uma terminologia em português que seja capaz de definir profundamente essa categoria) pela violência vivem os horrores da fuga desesperada para escapar da morte e das ameaças constantes nos territórios dominados pelos narcotraficantes, em constante conflito, ora com o Exército nacional ora com os paramilitares (justiceiros) ora com os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o chamado “Ejército del Pueblo” (Exército do Povo). (OLIVEIRA, 2006, p.190)

De acordo com Grisales (2017), a mobilidade humana impulsionada pelo conflito armado abarca desde os assentamentos das áreas não municipalizadas às comunidades próximas, destas até as capitais da Colômbia e desde as áreas rurais amazonenses até Letícia. “Según Salazar Cardona (2013), al menos el 10% de los 3,577.955 desplazados del País fueron expulsados desde la Amazonía” (GRISALES, 2017, p.9). Mas esta cidade não só acolhe “desplazados” ou vítimas da violência:

Sobreviven en Leticia oficialmente 1.648 víctimas del Conflicto (según la Unidad de Víctimas, 2014); Hay 822 afrocolombianos auto-identificados como tales (DANE, 2005), 8.000 indígenas colombianos (DANE, 2005); algunos colombianos presumen que Tabatinga alberga entre 2.000 y 8.000 colombianos en situación regular o irregular; no obstante, el Consulado de Colombia en dicha ciudad ha registrado a 1.200, en más de dos décadas, aproximadamente, pero no se sabe qué porcentaje de ellos permanece aún allí. Los censos generales de Colombia y el Brasil no coinciden en los años de realización. (GRISALES, 2017, p.2)

Os negros, autodenominados “afrodescendentes” na Colômbia, procedem de Nariño e Valle del Cauca, procurando refúgio principalmente no Brasil por ser mais baixo o custo de vida. Muitos dos indígenas chegam à área procurando melhores serviços, que mesmo sendo deficientes nas cidades gêmeas, são melhores que nas áreas rurais colombianas. Dentro dos principais atrativos identificados por Grisales (2017) para que a população indígena migre até a capital da Amazônia colombiana estão o serviço de saúde:

Mientras no exista un servicio intercultural de salud para los indígenas y las empresas médicas no dejen de considerar los costos de atender a comunidades lejanas, antes que hacer una acción social, la búsqueda de la salud será un causante importante de la migración hacia el área urbana. (GRISALES, 2017, p.36)

A educação ocidental (básica, média e superior), próprias do estilo de vida urbano, representam sinônimos de qualidade de vida e bem-estar para as populações amazônicas dos países mencionados. Soma-se a isso, o fato de que na capital, Letícia, se concentra o poder político administrativo.

Los indígenas itinerantes llegan de los territorios de origen a las fronteras urbanas, donde siguen errantes, circulando entre barrios, en la búsqueda de familiares y amigos. Al tiempo que exploran la ciudad

por razones de supervivencia, crean comunidades, adecúan los territorios a su manera, crean barrios establecen dinámicas propias o terminan confinados ante los procesos dirigidos por otros actores sociales. ticunas, muruis y cocamas, nos permiten ver experiencias transnacionales y urbanas de movilidad; así como los flujos que se desenvuelven sobre el Río, entre “islas nuevas”, que nos muestran experiencias comerciales, religiosas y humanas siempre complementarias. (GRISALES, 2017, p.64)

Um dos mecanismos que recriam o mundo indígena e ponto de encontro na cidade são os chamados *mambeaderos* ou centros localizados em Letícia e Tabatinga, onde diferentes povos se reúnem entre parentes e amigos, dançar, compartilhar “coca pulverizada (el mambe), el ambil (tabaco líquido) y la yuca dulce, llegados por cualquier motivo a la capital del Departamento de Amazonas en Colombia, sumándose a los flujos de migrantes indígenas de los años treinta del siglo XX” (GRISALES, 2017, p.115-116).

Assim, os *mambeaderos* alimentam os laços de solidariedade e transmissão cultural, por ser o espaço onde a palavra dos velhos ou sábios é escutada, se constituindo no maior apoio para os migrantes indígenas na urbe da tríplice fronteira.

Desde o ano 2000, a migração tem se acentuado desde Letícia até as cidades amazônicas brasileiras, mas de acordo com Oliveira (2006), e coincidindo com Grisales (2017), mesmo existindo estatísticas, não existem dados censitários confiáveis para monitorar esse movimento, devido, entre outras causas, à mesma condição de clandestinidade dos colombianos que adentram a fronteira por medo a serem deportados. O estigma do colombiano traficante gera impedimentos para a entrada no Brasil. Não obstante, segundo Oliveira, esta realidade vem mudando através da intervenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que: “(...) desde 2004, vem concedendo o direito de refúgio a muitas solicitações encaminhadas por intermédio da superintendência da Polícia Federal em seu posto de atendimento na cidade de Tabatinga” (OLIVEIRA, 2006, p.192).

Por outro lado, a partir de 2010, haitianos chegaram na região depois da catástrofe natural acontecida no seu país, atingindo sobretudo a capital Porte-au-Prince. Segundo Grisales (2017) ao final de 2013, depois de serem rejeitados na Guiana Francesa, eram 1.600 haitianos procurando refúgio em Tabatinga e Brasília no estado vizinho do Acre: “(...) el otro punto de ingreso importante, alcanzaban la cifra de 10.000” (GRISALES, 2017, p. 192). E por último, também chegou uma diáspora de cubanos no ano 2016, com a ilusão de chegar aos Estados Unidos antes do final do governo de Obama, convencidos que o caminho seria pela tríplice fronteira (GRISALES, 2017, p. 372).

Para todos eles, hoje existe um panorama positivo motivado, dentre outros fatores, pelos acordos internacionais como o Mercosul e os acordos de livre circulação, que significam um avanço na questão migratória, facilitando a mobilidade humana com qualidade de vida e estabilidade jurídica:

(...) el Acuerdo de los tres países con Mercosur, el Canje de Notas de 1936 entre Colombia y Perú y las conclusiones de la Comisión de Vecindad de 2015 entre Colombia y Perú, así como *la futura reglamentación del Acuerdo entre el Gobierno de la República de Colombia y el Gobierno de la República Federativa del Brasil sobre Permiso de Residencia, Estudio y Trabajo para los Nacionales Fronterizos Brasileños y Colombianos, entre las Localidades Fronterizas Vinculadas, firmado en el año 2010*, tienen la posibilidad de contribuir a una etapa próspera para la integración y el reconocimiento de derechos ciudadanos. (GRISALES, 2017, p. 313)

Ditos acordos, de acordo com Grisales (2017), vêm influenciado de maneira positiva a recepção dos fluxos migratórios transfronteiriços, oferecendo maiores garantias em termos de direitos humanos e facilidade nos processos de refúgio, asilo e concessão de vistos de permanência. Vejamos a seguir como se definiu a fronteira entre Brasil e França e de que maneira a mobilidade e os processos migratórios têm se dado nesta área. Em seguida, passaremos à análise comparativa de ambos contextos transfronteiriços com vistas a destacar de que maneira a mobilidade e migração indígenas tem sido praticadas e quais os limites normativos para reconhecer seus direitos coletivos em áreas de fronteira internacional.

PLURALISMO ÉTNICO NA FRONTEIRA BRASIL-FRANÇA: ANTECEDENTES COLONIAIS ATÉ AS FRONTEIRAS PRESENTES

No extremo nordeste da grande Amazônia é onde o rio Oiapoque define o atual limite internacional entre Brasil e França (López, 2011). Durante muito tempo a Guiana Francesa foi praticamente um campo penitenciário da França do outro lado do oceano, enquanto o território vizinho, do lado Brasileiro, por sua parte, permaneceu durante muito tempo no desconhecimento estatal, ambos periféricos, ambos esquecidos. Este território fronteiriço entre os séculos XVIII e XIX foi chamado “Contestado Franco/Brasileiro” (franco-português e em seguida franco-brasileiro) justamente por sua condição de fronteira indecisa e contestada, localizada entre os rios Oiapoque e rio Araguari da Amazônia oriental.

As condições para a definição desta fronteira, de acordo com Granger (2011) significaram três séculos de rivalidades devido ao temor mútuo entre os franco-guianenses e os brasileiros, sobretudo estes últimos que sentiam ameaça à soberania pela proximidade de franceses na foz do Rio Amazonas. Somente em 1900, mediante arbitragem do tribunal Suíço a favor do Brasil, que a situação foi pacificada.

De fato, até final do século XIX, o Estado brasileiro tinha um profundo desconhecimento das extensas áreas localizadas na Amazônia. Querendo tornar efetiva a ocupação do território por parte dos brasileiros, foi feita a negociação dos limites, “uma das últimas fronteiras a serem politicamente integradas à Nação Brasileira, muito embora o estado brasileiro tivesse pouco conhecimento dela”. (CARDOSO, 2008, p. 46) A invisibilidade

dos Estados neste território talvez fosse um motivo atraente para pessoas que queriam viver às margens da lei. A população social e etnicamente diversificada compartilhava:

O fato de procurarem um território de liberdade, ou, ainda, alternativas de sobrevivência e de trabalho que, no Contestado Franco-Brasileiro, passaram a ser relacionadas com a extração aurífera. Desta maneira essas fronteiras acabam se tornando terras de refugiados, ou como nos coloca Du Réau (2000) um novo mundo em que se procura uma segunda chance de se refazer. (CARDOSO, 2008, p. 13)

Neste contexto, surgem como primeiros sujeitos históricos: “diversas etnias indígenas, mocambeiros, brancos pobres, garimpeiros, ex-presidiários, crioulos da Guina Francesa, Inglesa, Holandesa e das Antilhas que sempre foram colocados à margem das decisões legais relativas ao território neutralizado” (CARDOSO, 2008, p. 13). Ainda hoje, a Guiana Francesa continua sendo percebida como um território de oportunidades por parte dos imigrantes devido aos pagamentos em Euros no departamento francês.

Segundo Vallot (2017), a ocupação colonial da Guiana, inicialmente, limitou-se ao litoral: “Os europeus constataram rapidamente que os povos indígenas eram importantes para assegurar os empreendimentos coloniais na região do Contestado. Portugueses e franceses começaram então a desenvolver mecanismos para se relacionar e lidar com os índios” (VALLOT, 2017, p.70). De acordo com este autor, o tratamento feito aos povos indígenas na colonização portuguesa e francesa, estava articulado pela Companhia de Jesus através de três ações distintas: o aldeamento, a aliança e a guerra, as alianças estabelecidas, deram como resultado uma economia extrativista.

Durante o século XVIII, Segundo LÓPEZ (2012) o Contestado tornou-se um espaço social de convivência interétnica de diferentes povos indígenas, escravos africanos e seus descendentes, isso possibilitou a conformação de sociedades pluriétnicas com alto grau de contato e mobilidade, até hoje a diversidade étnica da região e o grau de mestiçagem se refletem em alguns povos indígenas como os Galibi Marworno e os Karipuna.

Até meados do século XIX, de acordo com Rio Branco (2008 *apud*. LÓPEZ, 2012) e a partir da guerra entre Portugal e França, a parte correspondente ao litoral do território em contestação abrigava uma pequena economia que girava ao redor do café e cacau, produzidos com mão-de-obra africana, enquanto na parte Sul, regida pelos luso-brasileiros, desenvolveu-se a criação de gado, a exploração de borracha, e a extração de produtos florestais. Conforme citado pela autora, estas condições:

Entre sistemas coloniales diferenciados, posibilitó el incremento de la movilidad socio-espacial de diversos pueblos indígenas, de población afrodescendiente y de soldados desertores en procura de mejores condiciones de vida en el “otro lado” donde las leyes proteccionistas favorecían a los pueblos indígenas, como sucedía en la Guayana Francesa, o buscando refugio en una región que permaneció durante dos siglos fuera del control efectivo de los regímenes coloniales. Por lo anterior este territorio fue denominado por los franceses como “Guayana Indígena”. (RIO BRANCO, 2008, p. 95 *apud* LÓPEZ, 2012)

De acordo com Vallot (2017), a denominada “Guiana indígena” não abarcava a Guiana inteira, só a parte do *interior*. Desde a colonização, ao longo dos séculos, o litoral vai sofrer uma queda demográfica drástica, entretanto, desde o século XVIII, o interior vai ter uma grande população indígena, que vai ter a fortuna de se resguardar devido ao difícil acesso. Assim, se estabeleceu uma marcante diferenciação entre o litoral e o interior guianense.

Ainda segundo Vallot (2017), sendo o litoral mais desenvolvido, as populações negras e indígenas foram catalogadas nesta área como degeneradas, alcoólatras e misturadas, não necessariamente nessa ordem. Em contrapartida, os povos indígenas do “interior” eram olhados como “índios puros” isentos dos vícios do mundo civilizado e da mistura com negros.

Os franceses iniciaram nesse território a exploração do ouro. Segundo López (2012), usando mão-de-obra indígena procedente de Oiapoque, a descoberta das minas de ouro em Calçoene, fez com que os ingleses e franceses iniciassem a exploração frente à reação das autoridades brasileiras instaladas em Macapá. A partir da exploração aurífera no Rio Calçoene, surge um centro urbano com o mesmo nome, importante para esta atividade. O movimento de exploração aurífero foi tecendo a atual multietnicidade da região e configurando uma forte presença da população mestiça ao lado de ingleses, franceses, africanos, hindus, chineses, portugueses, americanos e dos antilhanos. Os fluxos migratórios indígenas nesta área ocorreram por razão das novas corridas do ouro e das diversas manobras econômicas coloniais, de autoria tanto de franceses, quanto de holandeses ao oeste e de portugueses a leste (VALLOT, 2017, p. 87). Assim, a presença indígena era baixa no litoral, enquanto no interior se caracterizava por ter uma maior população, que decaiu, segundo Vallot, a partir das corridas auríferas.

Segundo López (2012), na década de 1930, foram descobertas novas jazidas auríferas nos rios Oiapoque, Cassiporé e Uaçá, o que ocasionou uma nova onda de deslocamento de garimpeiros para a região. Assim, a começar do século XX os acontecimentos não eram muito diversos do século passado: o interior era um: “ ‘país’ indígena pontilhado por indivíduos animados pela febre de ouro, trabalhando na legalidade ou na clandestinidade” (VALLOT, 2017, p. 104). Nesta área, os problemas referentes às novas frentes do garimpo “aumentaram o clima de insegurança e obrigaram o Estado a rever sua estratégia colonial para afirmar sua soberania no seu território” (VALLOT, 2017, p. 104).

Segundo LÓPEZ (2012), depois da Revolução Francesa em 1789, com uma nova ordem estabelecida, foi declarada a cidadania dos povos indígenas da Guiana. Assim, conforme citado pela autora: “Las tentativas de asimilación de los pueblos indígenas por medio de políticas de inclusión de los individuos, basadas en el discurso de la ciudadanía, hicieron que muchos indígenas que se habían refugiado en Surinam volvieran a establecerse en la Guayana.” (HURAUULT 1972, p.148 apud LÓPEZ, 2012)

Justamente o processo de se tornar Departamento Ultramarino, fez com que a França promovesse o desenvolvimento em todo o território, portanto, se fazia fundamental diminuir as diferenças entre o litoral e o interior: “esta integração progressiva começou pela criação, em 1950, de dois postos administrativos, em Camopi no rio Oiapoque, e em Maripasoula no Maroni” (VALLOT, 2017, p. 106). Uma vez outorgada a “igualdade” como cidadãos franceses, os indígenas viram-se confrontados a incorporar na sua vida

tradicional, a rigorosa vida burocrática: “O registro de estado civil implicou o alistamento ao seguro de saúde, bolsa família, escolarização obrigatória das crianças, bem como sua sedentarização nas proximidades das unidades administrativas” (VALLOT, 2017, p.106- 110). Assim, integrados nos direitos e deveres da nacionalidade francesa, também foram inseridos ao controle do Estado e a vida burocrática.

O reconhecimento da cidadania francesa transformou a vida dos povos indígenas que se movimentavam⁸ neste território fronteiriço, de maneira inegável, ao longo dos séculos a conquista territorial detonou o fenômeno migratório, mudando significativamente a paisagem sociocultural dos habitantes nesta fronteira.

Com a materialização das fronteiras, o fim do Território Contestado e o início do século XX, segundo López (2012), os respectivos Estados Nacionais, tem feito o possível para se fazer presentes na região, fortalecendo os órgãos de administração pública e incentivando processos econômicos de desenvolvimento tais como estradas e navegação fluvial, e os centros urbanos fronteiriços, ao redor dos quais se movimentam essas dinâmicas.

Por outra parte, também segundo López (2012), o processo de definição de fronteiras incentivou práticas simbólicas de afirmação identitária de identidades nacionais na região, gerando a classificação entre “nacionais” e “estrangeiros”, o que conduz à exclusão dos direitos e o benefício de políticas públicas próprias dos respectivos Estados Nação.

Assim, as identidades étnicas vão se imbricar com a identidade nacional à medida que o processo de definição das fronteiras nacionais se vai consolidando. Como resultado, temos hoje, por exemplo, a diferenciação entre os Wayãpi da Guiana Francesa e os Waiãpi brasileiros e, assim por diante, povos transfronteiriços que ficaram diferenciados pelas nacionalidades, não obstante, como postula López (2001), ditas intersecções entre identidades: “étnicas y nacionales no llegan a fundirse, sino que se mantienen como formas identitarias diferenciadas que suelen ser utilizadas según las ventajas que ellas puedan representar para los diversos actores en contacto, principalmente en situaciones de conflicto” (LÓPEZ, 2011, p.174).

POVOS INDÍGENAS E MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E FRANÇA: A REGIÃO DO UAÇÁ ENTRE A CIDADANIA UNIVERSALISTA E A CIDADANIA MULTICULTURAL

Atualmente, a fronteira entre o departamento ultramarino francês da Guiana Francesa e o Brasil é de 730 km, começando na tríplice fronteira entre Brasil-Suriname e França-Suriname. Este território tem uma divisão natural de águas entre a bacia do rio Amazonas e os rios da Guiana que desaguam no oceano Atlântico. O rio Oiapoque, serve de

8 A impressão geral é a de que o fluxo migratório indígena hoje é mais frequente entre os indígenas brasileiros que atravessam a fronteira com fins comerciais ou para visitar parentes, a migração de indígenas guianenses até Brasil é pouco frequente.

fronteira por 427,2 km entre o território brasileiro de Camopi e o francês de Saint-Georges.

Existem três cidades fronteiriças que se destacam por serem centros de grande interação interétnica e comercial na área, do lado francês: Saint-Georges-de-l'Oyapok, (com uma população estimada de 3.000 habitantes), e Camopi (com aproximadamente 1.650 habitantes, caracterizada por uma alta população indígena) e do lado brasileiro a cidade de Oiapoque (com aproximadamente 25.500 habitantes). É digno de nota que a população da cidade de Oiapoque no lado brasileiro contabiliza mais que 10% da população da Guiana Francesa, a qual, de acordo com Vallot (2017) no censo INSEE de 2014, contava com 252.338 habitantes. Este número poderia ser bem maior em razão de uma forte imigração clandestina proveniente, sobretudo, do Brasil.

Sendo um território de 84.000 km², surpreende por sua riqueza natural e cultural decorrente dos processos migratórios que, ao lado dos povos indígenas, somam mais de 30 línguas (L'ÉGLISE, RENAULT-LESCURE, LAUNEY & MIGGE, 2013 apud VALLOT, 2017). Entre as principais línguas temos: o francês, o português, holandês, inglês, seis línguas indígenas e quatro crioulas. A variedade linguística deriva do pluralismo étnico do qual fazem parte seis povos indígenas, entre outros grupos étnicos e uma porcentagem elevada de estrangeiros:

Kali'na, Palikur, Lokono, Wayãpi, Teko, Wayana-Apalai. A essa lista, podemos também acrescentar os povos Bushinenge, "homens da floresta", conhecidos também como "*noirs-marrons*", que vieram complexificar o mosaico étnico da região durante o período colonial: Aluku (ou Boni), Djuka, Saramaka e Paramaka. Aos índios e aos "*noirs-marrons*" se juntaram, no século XIX e início do século XX, indianos, chineses, hmong, e mais recentemente uma forte imigração brasileira e haitiana. (VALLOT, 2017, p.15)

Para entender melhor a complexidade deste território, sobretudo para entender porque a questão migratória configura um fenômeno social total nesta área fronteiriça, é preciso recuperar a história colonial e sua principal atividade econômica responsável pela trama social da Guiana Francesa contemporânea: o garimpo ilegal.

A riqueza do subsolo guianense constitui o foco que mantém o interesse e um forte controle por parte do Estado francês sobre este departamento ultramarino. Para os imigrantes, o atrativo principal são os benefícios do "primeiro mundo" decorrentes da administração da Guiana Francesa por uma nação europeia que provê acesso a serviços sociais, auxílios e maiores rendas (em Euro), numa região que, paradoxalmente, segundo Piantoni (2017), é ultra-periférica e que tem as características dos países não desenvolvidos: "A Região monodepartamental tem hoje as representações dos países ricos das quais resulta sua atratividade (acesso à educação, saúde, qualidade social, estabilidade política), não obstante os índices que caracterizam os países pobres (dependência, acesso desigual aos recursos, economia informal)". (PIANTONI, 2017, s/p)

A consolidação dos Estados nacionais e suas fronteiras, os diversos processos migratórios e o pluralismo étnico advindo das situações coloniais no maciço guianense, diversificaram os matizes culturais nesta área de fronteira. Como resultado destes processos os povos da região de Uaçá no Oiapoque como: "os Karipuna, Palikur, Galibi Marworno

e Galibi Kali'na adotaram a língua creoula” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p.4), que se tornou comum para as outras populações que habitam na região e facilitando as dinâmicas e trocas interétnicas e intertribais. Não obstante, as línguas nativas continuam sendo usadas e as diferenças linguísticas não são um obstáculo para a comunicação interétnica nesta área.

Soma-se a essa diversidade, o multilinguismo dos povos indígenas, a exemplo dos Palikur cujos membros mais velhos são falantes da língua palikur do tronco arawak e “os demais utilizam o português para se comunicar com os brasileiros, o francês na Guiana Francesa e o crioulo ou patois com os Kali'na, Karipuna e Galibi Marworno” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p. 6)

Os povos indígenas na Guiana Francesa são os Wayãpi, Wayana, Teko ou Emerillon e Lokono, enquanto os que moram do lado brasileiro, em Oiapoque são: Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kali'na: “(...) atualmente vivem nove mil e quinhentos (9.500) indígenas na Guiana Francesa e conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2012), no Oiapoque habitam seis mil quatrocentos e setenta e quatro (6.474) indígenas” (GRENAND e GRENAND, 2010 apud PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p. 4). O rio Oiapoque é a fronteira natural entre os povos assentados hoje na fronteira franco-brasileira, assim, o lado esquerdo correspondente ao francês, por Camopi, estão os Waiãpi (Wajãpi), e os Teko chamados antes de Emerillon, e na margem direita do rio Oiapoque se encontram os Galibi de Oiapoque ou Kalina, habitando numa única aldeia: São José dos Galibi, na T.I Galibi, logo abaixo da cidade de Saint Georges. Na Guiana Francesa, segundo dados do ISA (2017) vivem cerca de 3.000 indígenas localizados em Kourou, Maná, Awala-Yalimapo, Iracoubo, Saint Laurent e Saint Georges.

Segundo López (2011), faz-se necessário não confundir os galibis marworno que moram na terra indígena Uaçá e Juminá no Brasil, os quais “tienen el patois como su lengua y llegaron a la región posiblemente como resultado de migraciones ocurridas en el siglo XVIII” (López, 2011, p. 161), dos galibis de Oiapoque, que são um grupo dos galibis Kalinã que falam sua própria língua que pertence a família Karib. Os Galibi de Oiapoque segundo dados da Siasi/Sesai de 2014 disponíveis no site do ISA (2017) são ao redor de 88 pessoas.

O povo Waiãpi, por sua vez, é falante de uma língua Tupi e habita há mais de dois séculos a região entre as bacias dos rios Jari, Oiapoque e Araguari. Os Waiãpi que moram no Brasil, estão concentrados na região do Amapari. Segundo o ISA (2017), a população Waiãpi no Brasil está contabilizada ao redor de 1.221 indígenas e na França em aproximadamente de 950.

Os Palikur, falantes de uma língua arawak, são um dos povos que há mais tempo vivem na região ao norte da foz do Amazonas, sendo conhecidos pelos cronistas com o nome de Paricura. Em território brasileiro, segundo dados da SIASI/SESAI de 2014 disponíveis no site do ISA (2017), são ao redor de 1.712 pessoas, localizados no extremo norte do Estado do Amapá, no perímetro do município de Oiapoque, na região da bacia do Uaçá, na Terra indígena Uaçá; as aldeias no Brasil distribuem-se ao longo do rio Urukauá, afluente da margem esquerda do rio Uaçá.

Com a demarcação da fronteira em 1900, vários deles migraram até São George de Oiapoque, devido à solicitude do governo francês para que os Palikur do lado brasileiro

morassem do lado francês: “(...) sin embargo la mayor parte retornó paulatinamente al Brasil en 1914, después de muchas muertes ocasionadas por epidemias de gripe y malária” (NIMUENDA JÚ 1926; ARNAUD 1989; TASSINARI, 2003 apud LOPEZ, 2012). Como consequência disso, ficaram os vínculos entre parentes de lado a lado da fronteira.

Na Guiana Francesa, os Palikur são aproximadamente 720 pessoas (Passes, 1994) que compõem núcleos populacionais ou bairros indígenas em pelo menos quatro localidades diferentes: na cidade fronteiriça de Saint-Georges, nos municípios de Régina e de Roura, e em Macouria, cidade do entorno de Caiena, capital da Guiana Francesa.

Os Teko ou Emerillon falam uma língua tupi: “(...) migraram de regiões meridionais e atualmente habitam a região de Camopi, Tampok e Caiena. Na região de Camopi convivem com os Wajãpi e apesar dos povos gozarem de certa autonomia a relação sugere subordinação dos Teko” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p.5). Por viverem na mesma região os Wajãpi e os Teko têm relacionamentos constantes e alianças políticas, sobretudo para tentar combater os problemas relacionados ao garimpo.

Os relacionamentos e dinâmicas interétnicas atuais são fruto dos processos históricos, socioculturais e políticos no marco da construção do Estado brasileiro e a definição de suas fronteiras e da Guiana como departamento francês. A realidade social hoje deriva diretamente das políticas diferenciadas quanto ao modo de atender aos povos indígenas no Brasil e França.

Além das particularidades próprias de cada caso, nesta fronteira encontramos um caso excepcional na América do Sul, o fato da Guiana Francesa reproduzir a ideologia pós-revolução Francesa de “Liberté, Egalité, Fraternité” sem destinar políticas particulares para os povos indígenas, onde a diferença étnica como indígena não é reconhecida como direito à autodeterminação, mas sim promovido o “afrancesamento” assimilacionista. Neste contexto, os povos indígenas, ainda que sejam definidos como ameríndios gozam dos direitos gerais dos cidadãos franceses, sendo objetos das mesmas políticas públicas e sociais como saúde e educação.

O que se observa nos estudos transfronteiriços é que as dinâmicas migratórias e a mobilidade estão diretamente associadas à governamentalidade declarada e praticada pelos governos dos diferentes Estados com relação à população considerada estrangeira e indígena, o que inclui a regulação do acesso destas às políticas públicas e sociais, territoriais e autorizações e licenças ambientais outorgadas às grandes empresas extrativistas, o que mobiliza a força de trabalho no interior de um mercado etnicamente segmentado.

Desse modo, ao observar a história dos deslocamentos dos povos indígenas na região, como por exemplo no caso palikur tal como observado por López (2011), temos que sua organização social incorporou uma série de práticas próprias dos intercâmbios transfronteiriços por mais que seus principais referentes identitários, territoriais e cosmológicos estejam situados no que é hoje o território brasileiro, os deslocamentos até a Guiana Francesa são frequentes e, em ambos contextos nacionais, os palikures assumem diferentes estratégias de cidadania e acesso a bens, recursos financeiros e serviços. Nos anos 1980 as políticas sociais na cidade de Saint Georges na Guiana eram atraentes para os palikur devido à educação e subsídios, frente a isso:

(...) los militares que controlaban la Funai en la década de 1970 llegaron a proponer el empleo de los indígenas como “guardias de las fronteras”, y en 1977 se iniciaron los procesos de demarcación de las tierras indígenas Uaçã, Galibí y Juminá en el lado brasileño, lo cual les garantizó a los indígenas de ese lado el derecho de usufructo colectivo de un territorio y sus recursos. (LÓPEZ, 2011, p.167)

Segundo Vallot (2017), até a década de 80 do século XX, os palikur tiveram que lidar com problemas de documentação. A Polícia Federal passou a exigir documentação como medida de controle frente ao aumento do fluxo de garimpeiros em garimpos ilegais. Muitos palikur que, historicamente sempre se movimentaram entre Uaçá e Macouria, perto de Caiena, tiveram seu trânsito impedido, mesmo tendo famílias em ambos lados da fronteira. A polícia exigia documentação francesa, sem ela, não era permitido (re) ingressar no Brasil. Desde então, foi criada uma carteirinha transfronteiriça de uso comercial para os que não têm visto. Este documento improvisado possibilitava aos brasileiros passarem um dia na Guiana Francesa, tendo que voltar de noite. As restrições para entrar na Guiana, por outro lado, são bem menos rigorosas.

Outros povos que viram-se inseridos em dinâmicas transfronteiriças e migratórias em decorrência das diferentes políticas governamentais, seriam os caripuna que deslocam-se para Saint Georges para vender seus produtos e buscando diversos tipos de empregos informais e temporários em obras públicas, serviços domésticos ou atividades garimpeiras, entre outros. E também os Galibi Kaliña que se deslocaram desde a fronteira Brasil-Suriname até a fronteira Brasil-Guiana Francesa em procura de melhores condições de vida, o que imaginaram encontrar nas ações de educação e saúde para os povos indígenas promovidas pelo Brasil. Pelo mesmo motivo, os Galibi Kaliña retornariam, anos depois para a Guiana Francesa:

La mayor parte de las familias galibí kali´na regresaron a Guayana francesa en los años 1960, cuando el gobierno francés adoptó políticas de “francisation” de los pueblos indígenas, declarándolos ciudadanos franceses y haciéndolos beneficiarios de las políticas de protección y bienestar social. Los galibí kali´na que permanecieron en Brasil habitan hoy en la aldea São José dos Galibí, en la tierra indígena Galibí, siendo conocidos en la actualidad como galibí do Oiapoque. (LÓPEZ, 2011, p.168-169)

Na Guiana Francesa tampouco existe a figura jurídica e constitucional da Terra Indígena a exemplo do Brasil que demarcou e regularizou terras indígenas no Oiapoque. No departamento ultramarino, de acordo com Pereira, Alves e Chaves (2013), o governo francês criou as Zonas de Direito de Uso Coletivo (ZDUC) e vilas indígenas, que são áreas coletivas onde os povos indígenas podem usufruir dos recursos da floresta, com a diferença de que o limite não pode ser ampliado e sua existência depende de um decreto.

As ZDUC ficam perto dos centros urbanos o que facilita o acesso à escola, saúde e participação no mercado de trabalho: “Os indígenas da Guiana Francesa desenvolvem atividades laborais nas mais variadas áreas. Trabalham na limpeza pública, padarias, como motoristas e na indústria pesqueira e tornam-se militares e servidores públicos, mas em menor proporção” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p.10-11). As ZDUC são de maiores dimensões no interior do território da Guiana, onde segundo as autoras, os indígenas participam mais das atividades produtivas tradicionais tais como agricultura,

caça, pesca e coleta.

A realidade das ZDUC somada a subsídios e condições socioeconômicas mais favoráveis, leia-se maior oferta de empregos com salários pagos em Euros, constituem um atrativo tanto para os povos que moram no departamento francês, como para os povos que moram em Brasil, que vão vender seus produtos ou optam pela migração servindo-se das relações de parentesco e aliança com indígenas no lado francês, como ocorre com: “Alguns Karipunas e Galibi Marworno (que) se uniram aos Palikur, do lado francês, por laços matrimoniais ou para buscarem benesses do sistema assistencialista francês” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p.9, parêntesis adicionados).

Por outra parte, existe também uma iniciativa de articulação transfronteiriça promovida desde 2008 pelo Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ), que tem organizado encontros entre indígenas do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname, com o propósito de fortalecer os vínculos e restabelecer, em termos de política intertribal, “antigas redes, pautadas no diálogo para estabelecimento de propostas e soluções efetivas aos seus interesses comuns” (PEREIRA, ALVES e CHAVES, 2013, p.11).

De acordo com López (2011), ao longo da história nesta fronteira, a mobilidade circula ao redor dos processos econômicos, entre eles, o de maior impacto hoje é a exploração aurífera que, desde sua reativação em 1980, mobilizou a população da Amazônia e do nordeste brasileiro. É importante resaltar que: “(...) el flujo migratorio en el sentido Brasil-Guayana (...) se efectúa en condiciones de clandestinidad, siendo fuertemente reprimido por las fuerzas del orden público en este país (LÓPEZ 2011).

A vantagem para a população indígena nacionalizada na Guiana Francesa é que ao receber o tratamento enquanto cidadãos, gozam das possibilidades e subsídios que o departamento francês oferece, por outro lado, conseguem transitar até o lado brasileiro sem tantas dificuldades. No sentido contrário, os povos indígenas do lado brasileiro encontram impedimentos para uma livre mobilidade transfronteiriça. Estes casos e exemplos indicam a constituição de um intenso vetor migratório indígena no sentido Brasil-Guiana Francesa.

DO ALTO SOLIMÕES AO OIAPOQUE: A MOBILIDADE E A MIGRAÇÃO INDÍGENA ENTRE A POLÍTICA TERRITORIAL E A BUSCA POR EMPREGO E RENDA

A temática das fronteiras chama a atenção de maneira direta para o tema migratório, pois escassamente se fala de políticas migratórias adequadas aos seus habitantes a não ser quando tem relação com a regulamentação da segurança nacional e a soberania. Como postula Oliveira (2006), é somente quando o imigrante é olhado como um problema por parte do país receptor que se formulam políticas no âmbito das fronteiras geopolíticas.

Desse modo, as políticas migratórias ainda são deficientes, mesmo com o avanço do debate e da legislação brasileira ao reformular a Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Mais de duas décadas depois, com a lei 13.445 de 24 de maio de 2017, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, ainda existem lacunas a serem preenchidas para fazer jus à sua condição desigual no país:

Perdura ainda a grande contradição: em vez de apresentar uma nova política migratória, a nova lei insiste em continuar designando os migrantes que adentram no território brasileiro de “estrangeiros”. Essa terminologia legitima uma postura de distanciamento e, novamente, as políticas de controle podem ganhar maior relevância que as políticas migratórias. (OLIVEIRA, 2006, p.185)

A “estrangeirização” dos imigrantes recai de modo ainda mais prejudicial sobre os povos indígenas na qualidade de minorias secularmente diferenciadas dos nacionais. Enquanto uma política reivindicatória, no caso dos povos indígenas transfronteiriços, observou-se que as políticas de controle fronteiriço afetam negativamente suas práticas de mobilidade e estratégias migratórias. De fato, observa-se a expectativa por parte dos governos de que os povos indígenas se fixem e sedentarizem nas terras indígenas demarcadas. Ao vetarem o artigo que permitiria que os indígenas pudessem circular em terras tradicionalmente ocupadas independente das fronteiras fixadas pelos Estados, nota-se a desconsideração da relação histórica e cultural que os povos indígenas mantêm nestas áreas com seus territórios ancestrais. Este veto contrapõe o artigo 36 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas que endossa a normatividade internacional que defende os direitos integrais dos povos indígenas. Só a Guiana Francesa conta com uma documentação transfronteiriça favorável aos indígenas, contraditoriamente, num departamento francês que preconiza os direitos universais.

Segundo Grisales (2017), seria ideal que os imigrantes, dentre eles os indígenas, que moram nas fronteiras, dispusessem de um documento de “cidadão fronteiriço ou seu equivalente”. Para este autor e Cônsul em Letícia, o mundo tem se sensibilizado com a realidade dos refugiados de conflitos armados, ambientais e econômicos, de igual maneira tem avançado a compreensão da realidade dos habitantes nas fronteiras, quem:

(...) no sólo son agentes de la economía sino que cuentan con dignidad y son esenciales para los procesos de integración así como que cada Estado Receptor debe hacer más por la conciencia del rechazo a la xenofobia y a todos aquellos delitos que lesionan a los grupos más vulnerables entre los migrantes... Este nuevo escenario podría implicar muchas cosas positivas para los tránsitos pendulares pero también mayor trabajo y exigencias técnicas para las instituciones con el fin de enfrentar el desafío de la *eficacia en el control del crimen* frente a las redes de delincuencia transnacional organizada... Al mismo tiempo, se enfrenta otro reto: obrar con mucha justicia y eficacia respecto de aquellos pueblos indígenas que quedaron divididos por las fronteras o por fenómenos delictivos como las caucherías e, incluso, por el Conflicto colombo-peruano, de manera que recuperen sus relaciones culturales y familiares. (GRISALES, 2017, p. 362)

No contexto da Guiana Francesa, por outro lado, a ausência de uma política de reconhecimento de territórios tradicionais é preenchida por serviços públicos de melhor qualidade e uma economia valorizada pela cotação do Euro frente às moedas dos países vizinhos. Os povos indígenas do lado brasileiro traçam, neste contexto, estratégias migratórias sobre áreas de mobilidade ancestral, instrumentalizando relações de parentesco e aliança intertribais para usufruírem das políticas, com matizes ideológicos distintos, em ambos lados da fronteira. Entretanto, o que evidencia Piantoni (2017) é que o crescimento demográfico, originado pela imigração durante as três últimas décadas, mostra um esgotamento dos recursos econômicos e hiperdependência da Guiana Francesa com relação ao governo francês.

Neste sentido, Serges (2013) refere-se à obra de Piantoni (2011) que analisa o componente migratório tanto demográfico como econômico, como produto do período colonial, a escravidão, a febre pelo ouro, o transporte, a planificação e desenvolvimento na Guiana Francesa, que ao final de 1960, constitui-se numa área atrativa para os migrantes fronteiriços. Entretanto, Piantoni analisa o impacto migratório a partir de três variáveis: Migração (28.000 habitantes em 1954 e 229.000 em 2007), crescimento da população (4% ao ano) e aumento natural (28%), evidenciando uma estrutura demográfica similar a um país desenvolvido porém sob um pano de fundo histórico de discriminação e marginalização política e econômica dos povos indígenas e negros.

Quando não obtém autorização para fixar residência legalmente, os migrantes procuram estratégias alternativas, informais e, eventualmente ilegais, enquanto os que obtém a cidadania expandem suas redes desde o mercado local para o estabelecimento de intercâmbios transnacionais. Piantoni, identifica assim, fluxos migratórios que incluem a frequência de visita no país de origem, a circulação de produtos e transferências de dinheiro, principalmente de países como Brasil e China.

Assim como no contexto fronteiriço do Alto Solimões, nota-se uma crescente presença haitiana. Romanovski e Piantoni (2009) postulam que a partir da crise política, social e econômica no Haiti, os primeiros haitianos chegaram à Guiana Francesa nos anos 60 como uma alternativa intermediária frente às dificuldades de migrar para os Estados Unidos, Canadá ou Europa ocidental. Buscaram posições na construção do Centro Espacial da Guiana, depois participaram na construção de importantes obras de infraestrutura iniciadas pela descentralização entre 1985 e 1995.

De acordo com Grisales (2017), depois da grande tragédia do terremoto em Port-au-Prince em 2010, o primeiro destino procurado pelos haitianos na América do Sul foi a Guiana Francesa, mas ao serem expulsos, buscaram na tríplice fronteira uma área de fixação. Na atualidade, os haitianos constituem a nacionalidade estrangeira mais numerosa, motivo pelo qual estão em procura da integração nacional.

No caso da migração brasileira até a Guiana francesa, a maior parte provém dos estados do Amapá, Pará e Maranhão, devido à proximidade regional. Um dos principais atrativos à migração dos brasileiros é a Renda Mínima de Inserção (RMI), que, segundo Paganotti (2005), assegura a subsistência de boa parte da população e é oferecida àqueles que não têm nenhuma outra fonte de rendimento. Equivale a um seguro-desemprego de 425 Euros (por volta de R\$ 1,5 mil) mensais por tempo indeterminado.

A cifra do RMI e os salários em Euros representam para muitos migrantes a oportunidade de trabalhar com salário elevado (comparado ao padrão brasileiro) o que justifica o risco da informalidade/ilegalidade considerada temporária: “(...) porque esses trabalhadores têm de se submeter a remunerações inferiores à média francesa. Mesmo com o alto custo de vida local, é possível economizar boas quantias” (PAGANOTTI, 2005).

De acordo com Piantoni (2011), os períodos migratórios são concomitantes com o desenvolvimento da infraestrutura da Guiana, assim como das atividades ao redor da exploração das minas de ouro. A migração do Suriname, sendo também um país transfronteiriço, até a Guiana Francesa, está mediada pelos mesmos atrativos, encontrando no país vizinho oportunidades mais favoráveis. Os diferentes grupos de migrantes desenvolvem estratégias de integração econômica sobre a base da coesão da identidade étnica.

Como se pode notar, os processos de mobilidade e migração dos povos indígenas em áreas de fronteira revela um sistema interétnico característico de sociedades plurais, onde práticas tradicionais e estratégias migratórias são capturadas pelos processos estruturantes mais amplos do mercado e das políticas elaboradas por governos centrais, frequentemente distantes da realidade da sociedade habitante das fronteiras. A direção que tomam os movimentos migratórios de distintos grupos, dentre eles, de povos indígenas, observa as oportunidades de sobrevivência em regiões marcadas por economias periféricas e marginais, nas quais problemas transnacionais como o narcotráfico, conflito armado, garimpos ilegais e políticas extrativistas de desenvolvimento, criam dinâmicas espaciais que acentuam a segmentação étnica do mercado de trabalho e empurram diversos grupos étnicos para a informalidade e a ilegalidade. Neste sentido, no contexto do Alto Solimões, o Brasil propicia em um ambiente conurbado, porém com acesso a serviços públicos e um mercado com moeda mais forte que nos países vizinhos, um ambiente de recepção de migrantes. Como contraponto, políticas universalistas disponibilizadas com qualidade superior àquelas existentes no contexto brasileiro e propiciadoras de maior oportunidade de emprego e renda no contexto da Guiana Francesa apontam para um fluxo migratório contrário da população indígena e não-indígena proveniente do Brasil.

Estes dois cenários transfronteiriços demonstram a complexidade dos contextos sobre os quais incidirão políticas públicas indigenistas e migratórias apontando para a necessidade de serem elaboradas políticas heterodoxas que respeitem a historicidade e pluralidade própria de cada área e das diferenças étnicas, culturais e linguísticas das populações ali existentes que buscam inclusão, cidadania e reconhecimento de seu importante papel na construção e manutenção de relações internacionais e interétnicas em regiões frequentemente esquecidas dos grandes centros decisórios dos Estados nacionais.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, BRAND, HECK, PEREIRA, MELIÀ. 2008. “Guarani Retã. Povos Guarani na Fronteira. Argentina, Brasil e Paraguai”. UNAM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI.

BAINES G, Stephen. 2006. “Entre dois Estados Nacionais: perspectivas indígenas a Respeito da fronteira entre Guiana e Brasil”. Anuário Antropológico/2005. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pgs. 35-49

BARTOLOMÉ, César. 2003. “A tríplice fronteira: principal foco de insegurança no Cone Sul-Americano”. Military Review 2 Trim. Disponível em: https://www.academia.edu/2947404/2003_A_Tr%C3%ADplice_Fronteira_principal_foco_de_inseguran%C3%A7a_do_Cone_Sul_Americano

BEVILAQUA MARIN, Joel Orlando & PESSANHA NEVES, Delma (orgs.). 2013. Campesinato e Marcha para o Oeste. Santa Maria: UFSM.

BRAND, Antonio, COLMAN Rosa. 2010. “Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina: uma viagem de intercâmbio Guarani” UCDB/MS/Brasil. Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, Pará, Brasil.

BUTARELLI, Gianete. 2017. “Conflitos indígenas em mato grosso do sul: uma análise a partir da formação histórica, política e econômica do estado”. Em: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

CARDOSO S, Francinete. 2008. “Entre conflitos, Negociações e Representações, O Contestado Franco-Brasileiro na ultima década do século XIX”. Associação de Universidades Amazonicas, Universidad Federal do Pará, Nucleo de Altos estudos Amazonicos, Belém.

CIMI. Boletim. 2017. “280 mil indígenas Guarani vivem em quatro países da América do Sul, diz pesquisa que será apresentada hoje no ATL”. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=9245>

DEZORDI, Maurício. 2013. “Migração, fronteiras e identidades: a ideologia do progresso, na colonização do oeste do paraná” Revista Cantareira - edição 19 / jul-dez.

DOROTHÉE Serges. 2011. “Frédéric Piantoni, Migrantes en la Guayana Francesa”, Cahiers des Amériques latines [Online], 68.

DOS SANTOS, Carlos. 2015. “Uma leitura micro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina” XVIII Simpósio Nacional de Historia.

POMPEO, Carolina. 2015. “Vida nas cidades-gêmeas da fronteira são piores do que na média do país”. Gazeta do povo [29/10/2015]. Disponível em: <http://www.gazetado.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=9245>

povo.com.br/vida-e-cidadania/vida-nas-cidades-gemeas-da-fronteira-sao-piores-do-que-na-media-do-pais-43pcbi7w67ja0hpaxqihwhit

FERREIRA, Ruben; MURA, Favio. 2003. Terras indígenas. Em INSTITUTO SOCIAMBIENTAL (ISA) Guarani kaiowa. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/553>

FIGUEIREDO, Nelson de. 2005. “A Questão Geopolítica da Amazônia, da soberania difusa à soberania restrita”. Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília.

FURNIVALL, John Sydenham. 1939. Netherlands India. Cambridge: Cambridge University Press.

GRANGER Stéphane. 2011. O Contestado Franco-Brasileiro: Desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Adaptação artigo publicado na revista francesa Outre-Mers nº 372-373, Paris, 2º semestre de 2011, p 157-177: “Le Contesté franco-brésilien : enjeux et conséquences d’un conflit oublié entre la France et le Brésil.” Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>

GRISALES J Federico. 2016. “Movilidad Humana, Territorio, Integración Y Derechos Humanos. Flujos en las áreas urbanas de la frontera trinacional de Colombia, Brasil y Perú” Tesis doctoral. Universidad Nacional De Colombia, Sede Amazonía, Leticia.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL (ISA) Guarani Kaiowá. 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL (ISA) Guarani Nãndeva. 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/es/povo/guarani-nandeva/1296>

INPE. PROJETO PANAMAZÔNIA II. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/panamazonia/> Data de acesso: 15/11/17

LÓPEZ G, Claudia. 2011. Pueblos indígenas, fronteras y estados nacionales. Reflexiones histórico-antropológicas desde las fronteras Brasil-Colombia-Perú y Brasil-Francia. Mundo Amazónico. , v.2, p.155 - 178.

LÓPEZ G, Claudia. 2012. “Los indígenas en la frontera Brasil - Guayana Francesa. Una visión histórica: (1900 -1950)”. Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia.1 ed. Leticia - Amazonas - Colombia : Editora de la Universidad Nacional de Colombia, pgs. 68-97.

LÓPEZ G, Claudia pppp.2014. “Ticunas brasileiros, colombianos e peruanos, Etnicidade e nacionalidade na região das fronteiras do Alto Amazonas/Solimões” Museu paraense Emilio Goeldi.

MI/SPR - Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. 2005. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Brasília.

OLIVEIRA Márcia M. 2006. “A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia” Revista de Estudos Avançados 20 (57), São Paulo.

PAGANOTTI, Ivan; GURGEL, Thais. 2005. “Brasileiros fogem para a Guiana Francesa em busca de trabalho”. Revista Problemas Brasileiros, setembro, número 371.

PEREIRA G, Simone; ALVES, Zacarias; CHAVES Cecília. 2013. “Os indígenas e as suas relações na fronteira oiapoque/guiana francesa”. XXVII Congresso Nacional de História, AMPUH, Natal, Brasil, 22 a 26 de Julho.

PIANTONI, Frédéric. 2017. “As migrações na Guiana francesa: um território surpreendentemente aberto para o mundo”. Une Saison en Guyane. 2007 – 2017. Disponível em: <http://www.alem-do-amazonas.com/artigo/sociedad/as-migracoes-na-guiana-francesa-um-territorio-surpreendentemente-aberto-para-o-mundo/> data de acesso: 02/10/2017.

ROMANOVSKI, Zéphirin; PIANTONI Frédéric. 2009. « Les stratégies d'accès au logement des Haïtiens dans l'agglomération de Cayenne comme facteurs de restructuration urbaine », L'Espace Politique [En ligne], 6 | 2008-3, mis en ligne le 03 avril.

SMITH, Michael Garfield. 1965. The Plural Society in the British West Indies. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.

TORRES, Carolina. 2016. “Brasil: Violencia contra indígenas empeora por conflictos de território”. Em: Mongabay Latam. Periodismo ambiental independiente. 8 de dezembro.

VALLOT, Dominique Hugues. 2017. “A colônia esquecida e a república assimilacionista: representações, políticas indigenistas e reivindicações indígenas na Guiana Francesa”. Dissertação de mestrado, UNB. Brasília.

WOLF, Eric. 2006 [1982]. Europa y la gente sin historia. México: Fondo de Cultura Económica.